

AFONSO DE BARROS (\*)

## MODALIDADES DE PEQUENA AGRICULTURA (\*\*)

### 1. INTRODUÇÃO

Pequena agricultura é, obviamente, uma expressão ambígua. Recobre realidades diversas, de maior ou menor contraste, carece de conteúdo conceptual definido e nem sequer reveste contorno dimensional preciso. Mas justamente por não ser unívoca, ganha o estatuto de noção apropriada a servir de ponto de partida a um debate que tem por concreto tema a questão das modalidades de agricultura.

Discutir as modalidades de pequena agricultura exige, no entanto, que previamente se procure delimitar o que, em Portugal, é susceptível de ser designado por esta noção, porquanto este aspecto condiciona, como é manifesto, toda a análise subsequente.

Proponho-me iniciar por aqui o contributo que me foi pedido para abertura do debate. Seguidamente, avançarei alguns elementos acerca da heterogeneidade da pequena agricultura no nosso país. Por último, procurarei sugerir um quadro de referência que possa servir à determinação das modalidades de pequena agricultura e de suporte à reflexão sobre perspectivas de evolução desta mesma agricultura.

---

(\*) Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

(\*\*) Este estudo insere-se num projecto de investigação sobre *Estruturas agrárias, Sociedade rural e desenvolvimento*, que vem sendo conduzido no Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência sob minha direcção científica.

## 2. DELIMITAÇÃO DA PEQUENA AGRICULTURA

O que faz com que uma exploração agrícola seja tida por pequena? O qualificativo *pequeno* prende-se exclusivamente com a dimensão da exploração agrícola? Quando se fala de agricultura está-se a referir unicamente uma realidade económica? Estas e outras questões que se poderiam colocar tornam compreensível que haja que principiar por discutir os critérios pertinentes para delimitar a pequena agricultura.

### 2.1. Critérios de delimitação

#### 2.1.1. O critério da dimensão: pequena agricultura e média agricultura

O primeiro critério a que logicamente importa recorrer é o da dimensão. Quando se fala de pequena agricultura está-se a referenciar, com efeito, uma realidade definida antes de mais pelo atributo da dimensão.

Mas que dimensão? Onde situar a linha de clivagem que separa esta classe de agricultura de outra ou outras? A complexidade do problema repousa em boa medida precisamente na determinação do contraponto a estabelecer. Pequena agricultura *versus* grande agricultura, apenas? Ou deve-se considerar interposto entre as duas um estrato de tipo médio? Atentando na especificidade das nossas estruturas agrárias, marcadas pela forte diversidade de situações, mesmo quando vistas pela simples óptica dimensional, parece-me que não poderemos deixar de responder pela positiva à segunda questão. Omitir o escalão médio significaria, na verdade, esquematizar abusivamente o quadro de situações existentes. Abusiva e enganadoramente, porquanto se estaria a empolar o contraste ou a assimetria que, a par da heterogeneidade, caracterizam as estruturas agrárias portuguesas. E escusado será sublinhar que bem diverso é o panorama caso a pequena agricultura se contraponha à grande ou caso entre ambas se interponha uma agricultura de dimensão média. Acresce que a dimensão constitui critério que, mau grado a sua evidente limitação, de modo algum pode ser ignorado na diferenciação da agricultura. Questões como a reprodução da empresa, o recurso a trabalho assalariado, a dimensão do agregado familiar, a comercialização da produção — todas elas de decisiva importância para sectorizar as explorações agrícolas — acham-se estreitamente relacionadas com a dimensão destas, sobretudo quando vista em termos económicos e não apenas físicos.

Dito isto, importa discutir o procedimento adequado para dimensionar a agricultura. Habitualmente, recorre-se à variável *superfície*. Todos estão conscientes, todavia, das pesadas limitações deste critério. É bem sabido que de modo algum permite determinar com satisfatório rigor a dimensão relativa dos diversos estratos de agricultura e muito menos possibilita as comparações inter-regionais. Conforme adiante ficará demonstrado, a produção por hectare cultivado diverge apreciavelmente da pequena para a grande agricultura e de região para região, do litoral para o interior, do Norte para o Sul. Como meio de superar estas limitações, ir-se-á recorrer ao Produto Agrícola Bruto, o qual constitui indicador apto a dimensionar as explorações agrícolas de acordo com o seu real peso económico.

#### 2.1.2 *O critério das formas de produção: pequena agricultura, agricultura familiar e agricultura camponesa*

Com frequência, a pequena agricultura surge conotada com uma forma específica de organização da actividade agrícola: a agricultura familiar. Mais: associa-se a agricultura de pequena dimensão não só à exploração agrícola baseada no trabalho da família como se estende a imagem por forma a recobrir um tipo de organização económica inserido num quadro social específico: a sociedade rural. Pequena agricultura assume o significado de agricultura camponesa.

É incontestável deparar-se apreciável correspondência entre a agricultura de reduzida dimensão e a organização camponesa. Para além de alicerçada nesta larga faixa de correspondência, a equiparação estabelecida tem o mérito de ultrapassar um impreciso critério de índole estratificada, substituindo-o por outro de maior rigor e mais ampla riqueza conceptual. Aponta-se, por um lado, o campo das relações sociais de produção correspondente a um dado tipo de agricultura; recorta-se, por outro lado, a natureza do agente social que lhe dá vida. Sai-se, em suma, do acanhado terreno da estratificação para o fértil domínio dos modos e formas de produção. Acontece, no entanto, que se abandona irremediavelmente, enquanto espaço analítico, a pequena agricultura, noção vaga e imprecisa, é certo, mas por isso mesmo dotada de indiscutível potencialidade para servir de ponto de partida à tentativa de desvendar uma realidade tão multifacetada e complexa como é a da agricultura deste País.

A acelerada transformação da actividade agrícola e da sociedade rural, sob o impulso e o comando de um modelo de desenvolvimento concentrado de dominância urbano-indus-

trial, conduz a que se venha reduzindo a coincidência entre pequena agricultura e agricultura familiar e camponesa. A um lado, ganham espaço na pequena agricultura, embora espaço porventura instável e transitório, formas de produção que nada autoriza a qualificar de familiares, como é o caso das que recorrem principal ou exclusivamente a força de trabalho assalariada, ou a qualificar de camponesas, como é o caso de explorações agrícolas inseridas no tecido urbano; a outro lado, amplia-se a dimensão económica, por virtude da capitalização e mecanização, de explorações familiares que assim vão passando para escalões médios e por vezes até grandes e cujo carácter camponês se vai diluindo ou desaparecendo sem que, porém, seja posta em causa a sua natureza familiar.

O mundo da pequena agricultura perde progressivamente identidade formal e material e passa a ser quadro de mudança e de contrastes. O que importa é, por conseguinte, descortinar a diversidade de situações que nesse mundo se recorta, situações que, para além da identidade dimensional, cada vez menos têm de comum. Por isso mesmo se recusa, como ponto de partida para determinar as modalidades de pequena agricultura, a sobreposição da agricultura camponesa à pequena agricultura e se entende por preferível não aceitar sequer a equiparação desta à agricultura familiar. Escusado será sublinhar que tal opção não equivale a reconhecer que a pequena agricultura não continue coincidindo em larga medida com a de tipo familiar e mesmo camponesa.

## 2.2. *Delimitação e quantificação da pequena agricultura em Portugal* <sup>(1)</sup>

Referiram-se as limitações da variável superfície para dimensionar correctamente as explorações agrícolas e apontou-se a necessidade de a substituir por outra virtualmente capaz de superar tais limitações, na ocorrência o Produto Agrícola Bruto. Não significa isto, contudo, que pura e simplesmente se arrede qualquer tentativa de delimitação na base da superfície. Fazê-lo implicaria que se ficasse sem conhecer o controlo sobre aquilo que representa a condição básica e imprescindível da actividade agrícola, isto é, a terra.

---

<sup>(1)</sup> Reporta-se esta operação à situação em 1968-70, época a que são relativas as informações estatísticas existentes. De então para cá, significativas alterações certamente se registaram. Elas não terão sido, todavia, de tal envergadura que tenham invalidado o panorama estrutural que se irá apresentar.

O recurso a este indicador, como ponto de partida da delimitação da pequena agricultura, tem ainda a vantagem de permitir detectar a extensão do enviesamento que a tradicional perspectiva da superfície introduz na determinação do peso desta classe de agricultura.

### 2.2.1. *A pequena agricultura segundo a dimensão física das explorações agrícolas*

Na perspectiva da superfície das explorações agrícolas, onde situar a linha de clivagem que separa a pequena da média agricultura? Trata-se naturalmente de questão muito discutível. Olhando as classes de área adoptadas para efeitos de publicação pelo Inquérito de 1968 e tendo em atenção a realidade estrutural da nossa agricultura, afigura-se-me como justificável fixar esta linha nos 4 ha, a exemplo do que fizeram outros autores <sup>(2)</sup>. Justificável na medida em que, por um lado, abaixo deste limiar localiza-se alargadíssimo número de explorações agrícolas, quase 80%, o que implica que, caso o elevássemos para 20 ha, incluiríamos na pequena agricultura a quase totalidade das explorações agrícolas, concretamente 97%, e que, por outro lado, tem a segura vantagem de eliminar situações que o rigor inequivocamente obriga a qualificar de médias.

No quadro n.º 1 apresenta-se o panorama das explorações agrícolas, estratificadas em pequenas, médias e grandes <sup>(3)</sup>. Com nitidez revela este quadro o enorme peso numérico da pequena agricultura conjugado com a reduzidíssima expressão da área que controla, o que de pronto designa a escassez da respectiva dimensão física. Com efeito, mais de três quartos das explorações agrícolas apenas detêm 15% da área e apresentam uma superfície média deveras exígua: apenas 1,2 ha.

---

<sup>(2)</sup> Eugénio de Castro Caldas — *A agricultura portuguesa no limiar da reforma agrária*, Oeiras, CEEA/IGC, 1978, pgs. 111 e segs. e Manuel Villaverde Cabral — *Agrarian Structures and Recent Rural Movements in Portugal*, «The Journal of Peasant Studies», Julho de 1978, pgs. 438-439.

<sup>(3)</sup> O limite de 50 ha, adoptado para separar a média da grande agricultura, é tanto ou mais discutível do que o limite proposto para dividir a pequena da média. Abdicando de aqui o justificar, cingir-me-ei a referir haver o mesmo sido igualmente perfilhado pelos autores acabados de citar.

## QUADRO n.º 1

*Explorações agrícolas com terra por grandes classes de área  
(pequena, média e grande agricultura)*

Classes de Área (ha)	Número		Área		Área média (ha)
	Unidades	%	(ha)	%	
Pequena < 4	628 630	77,7	742 516	14,9	1,2
Média 4 - 50	170 941	21,1	1 685 869	33,9	9,9
Grande > 50	9 232	1,2	2 545 772	51,2	275,8
Total	808 803	100,0	4 974 157	100,0	6,1

Fonte: INE — *Inquérito às Explorações Agrícolas, 1968*

Como é bem conhecido, os valores médios que se acabam de apresentar para o Continente escondem uma situação de vincada diversidade regional. Impõe-se, assim, que procuremos regionalizar, ainda que a grandes traços, a pequena agricultura. Para o efeito, adoptar-se-á como base de referência três únicos espaços regionais determinados em função da homogeneidade que, para os fins em causa, revestem: o Norte e o Centro litorais (distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra e Leiria); o Norte e Centro interiores (distritos de Bragança, Vila Real, Viseu e Guarda); e o Alentejo (distritos de Portalegre, Évora, Setúbal e Beja) (\*).

Vejamos como se distribui a pequena agricultura por cada um destes três espaços, por um lado, e o peso que assume no interior de cada um deles, por outro lado. Para tanto, atente-se no Quadro n.º 2, onde se indicam em percentagem os respectivos valores segundo esta dupla perspectiva. Com vista a uma melhor definição do panorama existente, adicionam-se os valores relativos à média agricultura.

Se olharmos à área que a pequena agricultura ocupa dentro de cada um dos referidos espaços (coluna a), de ime-

(\*) Por considerar ficam, por um lado, os distritos de Castelo Branco e Santarém, caracterizados por uma dualidade de situações que impede a sua inserção global em qualquer destes espaços, e, por outro lado, os distritos de Lisboa e Faro, cuja vincada especificidade igualmente obsta a esta mesma inserção.

QUADRO n.º 2  
Regionalização da pequena e da média agricultura  
segundo a superfície

REGIÕES	Pequena		Média		Pequena e Média	
	N.º %	Área %	N.º %	Área %	N.º %	Área %
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)
Norte e Centro litorais	88,2	51,4	43,9	44,5	11,6	24,9
Norte e Centro interiores	69,1	22,0	19,9	25,6	30,2	35,3
Alentejo	58,5	6,1	2,3	6,6	34,4	13,3
Sub-total	—	79,5	—	76,7	—	73,5
Continente	77,7	100,0	14,9	100,0	21,2	100,0
					33,9	100,0
					98,9	100,0
					45,8	88,3
					24,9	83,7
					7,6	16,3
					—	72,3
					48,8	100,0

Fonte: INE — *Inquérito às Explorações Agrícolas, 1968*

(a) Em relação ao total da região (em linha)

(b) Em relação ao total do estrato (em coluna)

diato sobressai decrescer esta significativamente do litoral para o interior e abruptamente do Norte para o Sul, decréscimo que, como é lógico, não é tão acentuado se adoptarmos como perspectiva a distribuição desta área pelos mesmos três espaços regionais (coluna b).

### 2.2.2. *A pequena agricultura segundo a dimensão económica das explorações agrícolas*

Afirmou-se atrás que a produção por unidade de superfície diverge apreciavelmente. Com facilidade se compreende que assim aconteça. Ela depende, com efeito, não só de elementos naturais (solo e clima) como da capacidade dos meios de produção utilizados e da quantidade e qualidade do trabalho, entre outros factores.

Se olharmos a relação entre o PAB e a Superfície Cultivada das explorações agrícolas, verificaremos que os respectivos valores decrescem da pequena para a grande agricultura e, em termos regionais, do litoral para o interior e do Norte para o Sul. O Quadro n.º 3 é perfeitamente elucidativo a este respeito (<sup>o</sup>).

#### QUADRO n.º 3

*Produto Agrícola Bruto por unidade de Superfície Cultivada das explorações agrícolas na pequena, na média e na grande agricultura (1000 escudos/ha)*

Classes de Área (ha)	Continente	Norte e Centro litorais	Norte e Centro interiores	Alentejo
Pequena (> 4)	12,5	16,5	9,2	7,1
Média (4 — 50)	6,3	10,5	5,3	3,5
Grande (> 50)	3,1	5,3	3,5	2,5
Total	5,6	12,6	5,8	2,8

(<sup>o</sup>) Os dados que a partir daqui se passam a utilizar foram obtidos na primeira fase do projecto de investigação de início referido, havendo sido extraídos na sua grande maioria do estudo em que se materializou tal fase: Francisco Cabral Cordovil — *Estrutura das explorações agrícolas. O Produto Agrícola Bruto como instrumento de análise e determinação. Ensaio para 1968-70*. Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência, 1979. É de assinalar que os valores do PAB, reportados a 1970, correspondem a quantias monetárias cujo valor real se acha profundamente alterado.



Demonstrada a inadequação do critério superfície para dimensionar correctamente as explorações agrícolas, ensaiemos a delimitação da pequena agricultura pelo recurso ao critério PAB. Como já se deixou antever, as surpresas irão ser grandes.

A exemplo do que se fez anteriormente, vamos estratificar as explorações agrícolas em pequenas, médias e grandes. Para tanto, adoptaram-se como escalões os 30 000 esc. de PAB e os 200 000 (não se esqueça que estamos a utilizar valores de 1970), os quais correspondem, em termos médios do Continente, precisamente aos 4 e aos 50 ha.

O Quadro n.º 4 revela que a expressão da pequena agricultura, como aliás também a da média, é bem maior do que faria supor a sua dimensão física. Na verdade, mantendo-se sensivelmente idêntica a respectiva expressão numérica (74,5% contra 77,7%), *quase duplica a dimensão deste estrato ao passar-se do critério da superfície para o da dimensão económica* (27,3% contra 14,9%). Quer isto dizer que se está perante realidade cujo contributo para a produção agrícola de modo algum é desprezável, mau grado a incontroversa exiguidade, mesmo quando medida economicamente, das explorações agrícolas que a formam. Quer isto dizer, também, que a pequena agricultura consegue níveis de rendibilidade da terra claramente superiores aos atingidos pela grande e mesmo a média agricultura. Retomando os valores inscritos no Quadro n.º 3, constata-se, com efeito, que a rendibilidade da pequena agricultura é duas vezes superior à da média e quatro vezes à da grande, para o Continente. Poder-se-ia pensar que esta situação decorre da circunstância da primeira ser predominante em regiões dotadas de melhores condições naturais. Se atendermos, no entanto, aos *ratios* que se obtêm em cada um dos espaços regionais, torna-se evidente que só muito parcialmente assim acontece, já que a superioridade da pequena agricultura em relação à média é de 1,6 no Norte e Centro litorais, de 1,7, no Norte e Centro interiores e de 2, no Alentejo, e, em relação à grande, de 3,1, 2,6 e 2,8, respectivamente.

Dispondo de um indicador que permite proceder com segurança a comparações inter-regionais, examinemos o lugar e a distribuição da pequena e da média agricultura segundo os três espaços geográficos retidos. O quadro n.º 5 oferece-nos imagem paralela à constante do Quadro n.º 2. Podemos, assim, confrontar as fisionomias que se obtêm segundo cada um dos critérios.

O aspecto de maior interesse que ressalta consiste sem dúvida na similitude estrutural dos dois espaços Norte e Centro, similitude que a óptica da área esconde e a do PAB revela.

## QUADRO n.º 4

*Explorações agrícolas por grandes classes de PAB  
(pequena, média e grande agricultura)*

Classes de P A B 1000 esc.	Unidades (1)	Número		PAB		PAB/Expl. (3)/(1) (5)
			% (2)	1000 esc. (3)	% (4)	
0 — 30	602 558		74,5	7 283 473	27,3	12,1
30 — 200	196 134		24,25	11 472 135	43,0	58,5
+ de 200	10 110		1,25	7 923 778	29,7	783,8
Total	808 803		100,00	26 679 386	100,0	33,0

Mas se tanto no litoral como no interior, a pequena agricultura ocupa posição relativa semelhante, é de assinalar que, na perspectiva da distribuição regional, o litoral assume lugar claramente destacado, nele se achando radicadas quase metade da totalidade das explorações agrícolas de pequena dimensão e nele se formando também quase metade do PAB correspondente a este estrato de agricultura.

## 3. HETEROGENEIDADE DA PEQUENA AGRICULTURA

Ensaçada a delimitação da pequena agricultura — o que, apesar do esforço de síntese feito, ocupou mais espaço do que se desejaria —, é a altura de introduzir a questão das modalidades por que ela se reparte. Para tanto, começar-se-á por proceder a breve abordagem da diversidade que no seu interior podemos detectar quantificadamente pelo recurso aos elementos informativos disponíveis. Tem esta operação a vantagem de designar que se está perante realidade que, apesar de corresponder maioritariamente a uma agricultura de tipo familiar, conhece no nosso País assinalável heterogeneidade.

Circunscrever-me-ei a quatro únicas perspectivas analíticas: a da dimensão, a do tipo de força de trabalho utilizada, a da actividade do agregado doméstico e a da comercialização do produto.

## QUADRO N.º 5

*Regionalização da pequena e da  
média agricultura segundo o PAB*

Regiões	Pequena		Média		Pequena e Média							
	N.º %		N.º %		N.º %							
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)						
Norte e Centro litorais	74,8	45,4	36,7	45,2	24,6	46,7	54,8	42,9	99,4	45,7	91,5	43,8
Norte e Centro interiores	74,0	24,6	34,5	25,1	25,3	25,8	55,5	25,7	99,3	24,9	90,0	25,4
Alentejo	72,1	7,8	9,3	7,2	22,4	7,5	16,9	8,3	94,5	7,8	26,2	7,9
Sub-total	—	77,8	—	77,5	—	80,0	—	76,9	—	78,4	—	77,1
Continente	74,5	100,0	27,3	100,0	24,2	100,0	43,0	100,0	98,7	100,0	70,3	100,0

(a) Em relação ao total da região  
(b) Em relação ao total do estrato

### 3.1. *Estratificação dimensional: micro-agricultura e pequena agricultura*

Adoptou-se como linha de demarcação da pequena agricultura os 30 000 esc. de PAB, limite sem dúvida modesto e que recorta uma agricultura irrecusavelmente pequena. Mas se procedermos à desagregação deste estrato, surgir-nos-á acantonada nos escalões mais baixos a grande maioria das explorações agrícolas que o integram, consoante o demonstra o Quadro n.º 6, o que revela com impressionante nitidez a importância que assume uma agricultura que melhor do que pequena se deve qualificar de micro.

QUADRO n.º 6

#### *Pequenas explorações agrícolas por classes de PAB*

Classes de PAB	Número Unidades	%		1000 esc.	PAB	
		(a)	(b)		(a)	(b)
0 — 10	285 117	47,3	35,2	1 670 729	22,9	6,3
10 — 20	197 390	32,8	24,4	2 794 920	38,4	10,5
20 — 30	120 051	19,9	14,9	2 817 824	36,7	10,5
Total	602 558	100,0	74,5	7 283 473	100,0	27,3

(a) Em relação ao total do estrato de 0 — 30

(b) Em relação ao total do Continente

### 3.2. *Sectorização segundo o tipo de força de trabalho utilizada: agricultura familiar, semi-familiar e patronal*

Ao contrário do que com frequência se pensa, a pequena agricultura não é equiparável, no seu conjunto, à agricultura familiar. Parte não negligenciável das explorações agrícolas que nela se enquadram utilizam, secundária ou predominantemente, força de trabalho assalariado. Ao lado de uma agricultura familiar, sem dúvida maioritária, deparamos com uma faixa de explorações agrícolas que, embora funcionem sobretudo na base do trabalho familiar, recorrem a trabalho assalariado — sector que designarei por semi-familiar — e ainda com uma outra faixa, mais estreita, de índole patronal, já que a força de trabalho utilizada é principal ou exclusivamente de tipo assalariado. O Quadro n.º 7 dá conta dessa situação.

## QUADRO n.º 7

*Repartição da pequena agricultura por tipos de exploração agrícolas*

Tipos	Número			P A B		
	Unidades	(a)	(b)	1000 esc.	(a)	(b)
Familiares	397 437	66,0	82,2	4 439 099	60,9	49,3
Semi-familiares	132 813	22,0	65,2	1 868 982	25,7	29,0
Patronais	72 309	12,0	59,5	975 392	13,4	8,7
Total	602 559	100,0	—	7 283 473	100,0	—

(a) Em relação ao total da pequena agricultura

(b) Em relação ao total do tipo de exploração agrícola

Surpreende o elevado número de explorações agrícolas de tão exígua dimensão que recorrem, acessória, predominante ou até exclusivamente, a trabalho assalariado. É mais surpreende ainda se tivermos presente que esta dimensão é, em média, de 14 contos na pequena agricultura semi-familiar e de 13,5 contos na patronal e se a isto aliarmos o facto de o rendimento anual médio obtido pelo trabalho assalariado na agricultura equivaler, em 1970, a 16 contos para um homem e a 7 contos para uma mulher. Tornando-se deste modo óbvio que estas explorações agrícolas não podem constituir a base de sobrevivência dos respectivos titulares, impõe-se concluir que as mesmas correspondem, na sua larga maioria, a situações de pluriactividade e/ou plurirendimento ou, quando assim não aconteça, representam franjas residuais sem qualquer perspectiva de continuidade. Muitas delas, aliás, são certamente o produto da desagregação de economias familiares que, amputadas dos seus elementos mais válidos pelo êxodo rural, se vêm coagidas ao recurso a jornaleiros para assegurar a continuidade do cultivo da terra, com vista a extraírem desta com que prover, ainda que parcialmente e a mero nível de subsistência, ao seu sustento.

Claro que esta situação de incapacidade para servir de única fonte de sobrevivência do agregado doméstico não é apenas relativa à pequena agricultura semi-familiar e patronal. Embora não sendo tão flagrantemente insustentável o caso de explorações agrícolas desta dimensão que apenas utilizam trabalho familiar, porquanto, claro está, isto dispensa os seus titulares de afectarem parte do rendimento ao pagamento de

força de trabalho alheia, é incontroverso que muitos deles por forma alguma conseguirão sobreviver apenas da agricultura, já que o produto médio por exploração se situa no baixíssimo nível dos 11 contos. Aqui também, por conseguinte o fenómeno da pluriactividade e/ou do plurirendimento terá significativa expressão. É o que iremos ver seguidamente.

### 3.3. *Sectorização segundo a actividade do agregado familiar: agricultura a tempo parcial e agricultura a tempo integral*

Mais importante do que a conjugação da agricultura com outras actividades, como factor indispensável à análise da pequena agricultura, será muito provavelmente a diversificação de fontes de rendimento dos titulares destas explorações agrícolas alheias ao exercício de uma actividade. Pensões, reformas, rendimentos de propriedades representam fontes de receita susceptíveis de em boa medida explicar a sobrevivência de agricultores com explorações agrícolas tão exíguas. Neste caso, mas apontando muitas vezes já não para situações residuais, estão também as remessas dos emigrantes.

Lamentavelmente, as nossas estatísticas apenas nos facultam, e muito parcialmente, informação relativa à pluriactividade. Permite-nos esta distinguir, *dentro da agricultura familiar*, os casos em que o agregado doméstico se ocupa unicamente na exploração agrícola daqueles em que se ocupa também, a título principal ou acessório, noutras actividades. Vamos sintetizar esta informação recortando dentro da pequena agricultura familiar dois sectores, que serão designados por agricultura a tempo parcial (que agrega as explorações agrícolas que Inquérito denomina complementares e as que o mesmo designa por não-autónomas) e por agricultura a tempo integral (que compreende as explorações agrícolas denominadas autónomas). Conforme se pode ver no Quadro n.º 8, é muito semelhante o peso dos dois sectores, prevalecendo, porém, o da agricultura a tempo parcial.

Não nos faculta o Inquérito dados que possibilitem realizar idêntica operação para a agricultura semi-familiar e para a agricultura patronal. Logicamente, impõe-se, no entanto, concluir que sendo idêntica a dimensão económica e destinando-se parte apreciável do produto obtido ao pagamento de salários, será inevitável que a pluriactividade ou, pelo menos, o plurirendimento atinjam proporções de bem mais significativo relevo nestes dois tipos de pequena agricultura, com óbvio destaque para o segundo.

Constata-se, pois, a amplitude que o fenómeno da pluriactividade assume na pequena agricultura, amplitude esta que

## QUADRO n.º 8

*Repartição das pequenas explorações agrícolas familiares segundo a ocupação do agregado doméstico*

Sectores	Número			P A B		
	Unidades	(a)	% (b)	1000 esc.	(a)	% (b)
A tempo parcial	212 101	53,4	35,2	2 096 588	47,2	28,8
A tempo integral	185 336	46,6	30,8	2 342 511	52,8	32,1
Total	397 437	100,0	66,0	4 439 099	100,0	60,9

(a) Em relação ao total das explorações agrícolas familiares

(b) Em relação ao total das pequenas explorações agrícolas

tudo leva a crer ter conhecido apreciável aumento de 1968 para cá. Assim sendo, é legítimo concluir estar-se perante variável de decisiva importância no funcionamento e na transformação deste vasto estrato de agricultura.

#### 3.4. *Sectorização segundo a comercialização do produto: agricultura de auto-consumo e agricultura mercantil*

A questão do destino da produção pode ser visualizada por dois ângulos com base na informação disponível: a) repartição do número de explorações consoante destinem à venda ou ao auto-consumo mais de metade da produção; b) repartição do produto agrícola segundo a proporção em que é comercializado. De acordo com o primeiro tipo de informação, extraído directamente do Inquérito, apura-se que representam 29% as explorações agrícolas que comercializam mais de metade do produto. De acordo com o segundo, obtido por métodos indirectos, fica-se a saber que o produto correspondente à produção comercializada representa 53% do PAB total.

Como é compreensível, as fracções comercializadas crescem da pequena para a grande agricultura. Assim, enquanto apenas 18% das explorações até 4 ha destinam ao mercado mais de metade da produção, este valor sobe para 50% nas explorações de 4 a 50 ha e atinge 84% nas de mais de 50 ha. Se encararmos a questão segundo a óptica do PAB e não da área, desenha-se o seguinte panorama: a pequena agricultura comercializa 29% do produto que obtém; a média agricultura 41%; a grande 80%. A conclusão que se extrai é, por conseguinte, que a pequena agricultura tem débil contacto com o mercado



a juzante, achando-se predominantemente voltada para o auto-consumo, o mesmo não acontecendo, em contrapartida, com a média agricultura, na qual a produção para o mercado já atinge valores apreciáveis.

#### 4. MODALIDADES DE PEQUENA AGRICULTURA

O percurso até aqui seguido propicia alguns elementos relativos à questão das modalidades de pequena agricultura. Apuraram-se, na verdade, diversas perspectivas segundo as quais esta pode ser encarada. De acordo com a dimensão, teríamos uma micro-agricultura, uma pequena agricultura e, se aceitarmos alargar esta noção, uma média agricultura; consoante o tipo de força de trabalho utilizada, seria legítimo distinguir a agricultura patronal, a semi-familiar e a familiar; na óptica da actividade do agregado doméstico, definir-se-ia a agricultura a tempo integral e a agricultura a tempo parcial; segundo o contexto social de inserção e o tipo de agricultor, importaria reter a agricultura camponesa e a agricultura empresarial capitalizada; de acordo com o destino da produção, recortar-se-ia a agricultura mercantilizada (a pequena produção mercantil) e a agricultura de auto-consumo.

Poderíamos multiplicar os desdobramentos. Se olhássemos aos meios de produção, surgiria uma agricultura mecanizada, tendo por contraponto uma agricultura de subsistência, se atentássemos nos sistemas culturais, desenhar-se-ia uma agricultura polivalente face a uma agricultura especializada. E assim sucessivamente. Com semelhante esforço, mais não faríamos, porém, do que evidenciar ainda mais a heterogeneidade que atravessa a pequena agricultura, abdicando de entrar propriamente na questão das suas modalidades. O tratamento desta exige, com efeito, que se discutam e se identifiquem os critérios aptos a definir um quadro coerente de referência que sirva de suporte ao estudo e análise das características dos sistemas de organização e de funcionamento, do lugar e das perspectivas de evolução da pequena agricultura na concreta formação social em que se acha inserida.

Afigura-se-me serem dois os critérios básicos a utilizar. Sabendo-se que a agricultura constitui um sector dominado, sujeito ao comando da sociedade urbano-industrial e submetido ao processo de acumulação do capital, o primeiro critério há-de forçosamente ser definido em função dos modos como se processa a articulação entre a pequena agricultura e a sociedade envolvente. Mas se ficássemos por este único critério, pese embora o seu carácter fundamental e prioritário, estaríamos remetidos a uma abordagem unilateral, tendo apenas por



campo de visualidade os efeitos estruturantes que o desenvolvimento do modo de produção capitalista exerce sobre a pequena agricultura e a sociedade rural. Os camponeses, os pequenos agricultores, seriam perspectivados como simples objecto. Ora, é facto que, por mais intenso que seja o domínio que sobre eles incide, jamais perdem a capacidade de agir, de reagir, de influenciar a sua própria situação e destino. Permanecem como sujeitos. Sujeitos dominados e condicionados, mas sujeitos. É indispensável, pois, que se olhe à organização interna das pequenas explorações agrícolas, que se tenha em atenção a sua especificidade, lógicas de funcionamento, e tecnologias adoptadas, que se atente na margem de manobra de que dispõem para definirem e executarem as suas estratégias, que se encare o contexto local e regional em que se integram. Este o segundo nível em que é necessário situar a análise, este o segundo tipo de critério a que é imprescindível recorrer.

#### 4.1. *Modalidades definíveis em função da articulação da pequena agricultura com a sociedade envolvente*

Atentando na especificidade do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, julgo que são de considerar dois modos principais de enquadramento da pequena agricultura no processo de acumulação do capital, o mesmo é dizer de subordinação da sociedade rural à sociedade urbano-industrial. Dois modos de natureza claramente diversa, em parte contraditórios, em parte complementares. Um tem por eixo o mercado, outro a força de trabalho. Dois modos que designam funções diversas à pequena agricultura e aprofundam no seu interior, por vias distintas, diversidades e mudanças.

##### 4.1.1. *O mercado. Da agricultura camponesa de subsistência à pequena produção mercantil*

A pequena produção mercantil, quando levada às suas últimas consequências, representa a plena integração da pequena agricultura no modo de produção capitalista, concretizada segundo modalidade que preserva a forma de produção familiar mas desarticula a economia camponesa e muda a natureza da sociedade rural. Convertida em pequena produção mercantil, a exploração agrícola perde o carácter de unidade económica que visa basicamente a alimentação do agregado doméstico e transforma-se em empresa destinada fundamentalmente a abastecer o consumo urbano. Quebra-se a unidade de produção e de consumo que caracterizava a economia camponesa. A agricultura especializada passa a prevalecer sobre a polivalente.

Entre os dois extremos absolutos (e teóricos, claro está) deste processo depara-se vasta e complexa gama de situações. Ponto essencial do percurso que vai de um a outro extremo situa-se no momento em que o pequeno agricultor deixa de ter a alternativa de, consoante a conjuntura (preços, facilidades de escoamento, necessidades do agregado familiar, etc.), incrementar a produção destinada ao e colocada no mercado ou, pelo contrário, acrescer a retida para o consumo da família, o mesmo é dizer em que a estratégia de organização da produção centrada no auto-consumo cede irremediavelmente lugar a uma estratégia de dominância mercantil.

Com frequência, o momento em que a opção deixa de ser possível é determinado pelo nível de implicação mercantil a montante. Vendo-se confrontado com a necessidade de obter no mercado máquinas ou outros *inputs* de origem industrial a fim de responder à intensificação que lhe é exigida ou, pura e simplesmente, de compensar a perda de unidades de trabalho transferidas para outros sectores económicos, o agricultor é inevitavelmente empurrado a elevar a venda de produto como meio de realizar no mercado as somas de dinheiro de que, para tanto, carece. O acréscimo de implicação mercantil a montante pode ainda ter por origem alterações no plano do consumo não produtivo provocadas pela difusão de padrões urbanos no seio da sociedade rural, sendo, todavia, semelhantes os efeitos daí resultantes no desencadeamento e afirmação de estratégias produtivas mercantis.

Sublinhe-se, porém, que a implicação mercantil a montante pode não implicar a ruptura com a estratégia de auto-consumo. Para tanto, *basta que o agricultor disponha de recursos monetários exteriores à exploração agrícola*. E é aqui que a pluriactividade e/ou o plurirendimento se vêm cruzar com o fenómeno da mercantilização.

#### 4.1.2. *O trabalho. Da agricultura autónoma à agricultura complementar*

A acumulação do capital no quadro de um modelo de desenvolvimento de privilégio urbano-industrial implica, obviamente, que a agricultura se mercantilize, ou seja, que se torne compradora de produtos industriais e, sobretudo, que produza com que alimentar a crescente população ligada à indústria ou aos serviços. Mas mais do que isto e previamente a isto é condição fundamental da implementação deste modelo de desenvolvimento que a força de trabalho se transfira da agricultura para a indústria, do campo para a cidade.

Quando os dois processos correm em paralelo, verifica-se o recíproco reforço dos dois fenómenos. A saída de força de trabalho da agricultura combinada com as solicitações ao aumento da produção e da comercialização impulsionam a capitalização das explorações agrícolas, fomentam a especialização, obrigam à colocação de produto no mercado. Por sua vez, a mecanização e a especialização tornam excedentários novos contingentes de força de trabalho. Mas pode acontecer que, como se referiu, o desvio de força de trabalho para a indústria e serviços não quebre a ligação desta com a agricultura. Para que a questão possa ser compreendida em toda a sua latitude, é necessário que se tome por referência a família e não os seus elementos isoladamente.

Fora dos casos de saída de elementos do agregado para os polos urbanos, em que é mais frequente o corte com a actividade agrícola e o abandono irreversível da sociedade rural, verifica-se a tendência para assim não acontecer. Distingamos duas situações: exercício de outra actividade sem abandono da residência do agregado familiar, o que acontece no caso de essa actividade se achar radicada no local desta ou suficientemente próxima para permitir a ida e volta (migrações pendulares), por um lado; emigração para o estrangeiro, por outro lado.

No primeiro caso, diversifica-se a actividade no seio do agregado familiar, assim como as suas fontes de rendimento, sem que se dê o abandono da actividade agrícola e da sociedade rural; no segundo caso, dá-se a saída da agricultura e da sociedade rural, mas esta assume, pelo menos no plano das intenções do emigrante, carácter provisório, o que faz com que sejam mantidos laços, muitas vezes económicos, com a comunidade de origem.

A pluriactividade e o plurirendimento estão na origem de situações em que a pequena agricultura se vê inserida no processo de acumulação do capital pela via da produção e reprodução de força de trabalho mas não do abastecimento da cidade em produtos alimentares. A possibilidade de assegurar a inserção mercantil a montante com recursos exteriores à exploração agrícola garante ao agricultor autonomia suficiente para manter em aberto a alternativa venda ou auto-consumo. Mas, olhada na perspectiva da subsistência e da actividade da família, a agricultura perde a natureza de actividade autónoma para se interligar com outras em posição crescentemente complementar, acessória, subordinada.

#### 4.2. *Modalidades definíveis em função das características e lógicas de funcionamento internas à pequena agricultura*

Ao analisar as modalidades em que se vai decompondo a pequena agricultura à medida que é integrada no processo de acumulação de capital, preocupei-me em referenciar aspectos internos a esta pequena agricultura que de algum modo evidenciassem elementos de resposta aos vectores dominantes projectados da sociedade envolvente. Interessa, contudo, complementar esta segunda perspectiva, ainda que em termos forçosamente breves. Abordar-se-ão três aspectos fundamentais.

##### 4.2.1. *Características internas à exploração agrícola e ao agregado familiar*

Duas questões merecem particular destaque quando se olha às características internas da pequena agricultura. Respeita a primeira às relações sociais de produção. Segundo estas, definem-se três modalidades, já identificadas: a agricultura familiar, a semi-familiar e a patronal. Concerne a segunda à composição e natureza do agregado doméstico, aspectos que em larga medida condicionam a reprodução da exploração agrícola, assim como comportamentos de imobilismo ou de mudança. Esquematizando, dir-se-á que num extremo está a família dispondo de elementos activos e jovens e no outro a família envelhecida, contando apenas com o marido e mulher já em idade de reforma. A primeira, que tem capacidade para fazer funcionar a exploração agrícola na base do exclusivo trabalho familiar, abrem-se possibilidades de a reproduzir e de transformar, mas, em contrapartida, põe-se-lhe a alternativa de trocar, parcial ou totalmente, a agricultura por outras actividades. A segunda apenas lhe assiste a opção de manter a exploração agrícola, ainda que eventualmente à custa do trabalho assalariado, ou de a abandonar, passando a subsistir de reformas, auxílios familiares e eventuais magros rendimentos.

Olhando esta mesma questão segundo outro prisma, duas situações claramente distintas se recortam: a das famílias em que os membros do agregado se distribuem por situações sócio-profissionais diferenciadas, e logo é diversa a origem dos respectivos rendimentos e a própria identificação social da família, e a das famílias que vivem homogeneamente centradas sobre a exploração agrícola. É o que será referenciado já a seguir.

#### 4.2.2. *Função da exploração agrícola na economia familiar*

Os comportamentos e estratégias dos titulares de pequenas explorações agrícolas dependem inevitavelmente da função destas na economia familiar.

Consideremos três situações:

- a) a exploração agrícola representa a base de sobrevivência do agregado familiar;
- b) a exploração agrícola tem mero papel complementar na economia familiar;
- c) a exploração agrícola não reveste directa finalidade económica.

Já foram avançados elementos relativos à determinação de modalidades designáveis segundo as duas primeiras situações. Limitemo-nos, portanto, à última. Configura ela uma pequena agricultura de tempos livres, lúdica, de recreio, que se desenvolve em espaços urbanos, ou, acompanhando o incipiente movimento de re-ruralização, vai adquirindo alguma expressão em meio rurais sobretudo dos países mais avançados.

#### 4.2.3. *Contexto local e regional*

Até aqui perspectivou-se os aspectos internos à pequena agricultura do ângulo da exploração agrícola e do agregado familiar. A determinação das modalidades definíveis em função da própria pequena agricultura e não apenas do domínio que sobre ela projecta a sociedade urbano-industrial exige que se vá mais além. As explorações agrícolas e os agregados familiares não existem em abstracto nem funcionam ou se movimentam isoladamente. Pelo contrário, acham-se inseridos numa rede de relações sociais concretas, com contornos locais e regionais precisos, que os condiciona multifacetadamente, assim como se situam perante condições históricas e geo-ecológicas distintas que igualmente influenciam o seu funcionamento.

Assim sendo, importa considerar aspectos tão fundamentais como as estruturas de poder (entendido este em sentido global e não somente em termos político-administrativos) local e regional, os instrumentos de enquadramento institucional, nomeadamente os de natureza económica localizados a montante e/ou a jusante da produção agrícola (cooperativas de transformação, redes de escoamento dos produtos, etc.), os sistemas de agricultura dominantes, e muitos outros se poderiam referir de indiscutível significado. Em suma, quando se

pretenda compreender a pequena agricultura em toda a sua heterogeneidade e as linhas diferenciadas segundo as quais evolui e se transforma, é indispensável situar as explorações agrícolas no concreto e preciso quadro social em que se integram, é imperioso, designadamente, compreender a especificidade da sociedade rural e a diversidade das comunidades rurais. Sem recorrer a este nível de análise, não é impossível apercebermos verdadeiramente as características e lógicas de funcionamento internas à pequena agricultura, nem, tão-pouco as mediações existentes entre esta e a sociedade envolvente. Mas, se os aspectos relativos ao enquadramento local e regional têm esta dupla dimensão, é sobretudo quanto à primeira que eles não podem ser esquecidos ou subalternizados.

##### 5. MODALIDADES DE PEQUENA AGRICULTURA EM PORTUGAL

A finalizar, ensaiar-se-á, com base na conjugação dos elementos de análise carreados, breve abordagem das modalidades de pequena agricultura que maior significado assumem em Portugal. Cingir-me-ei a propor um sintético e esquemático quadro de referência, construído em torno da preocupação de fixar as grandes linhas de clivagem detectáveis no seio de realidade tão complexa e heterogénea como é este estrato de agricultura. Linhas de clivagem que, aliás, não pretendem representar divisórias que em absoluto separam realidades em tudo diferentes, mas que tão-só pretendem diferenciar sectores definíveis segundo o predomínio de elementos que lhes conferem especificidade suficientemente vinculada.

Nesta ordem de ideias, afigura-se-me legítimo apontar para as três seguintes modalidades principais:

- a) a agricultura complementar
- b) a agricultura mercantil
- c) a agricultura residual

a) A primeira, a agricultura *complementar*, que já constituía modalidade com razoável expressão no final da década de 60, terá conhecido logicamente apreciável expansão ao longo dos anos 70. Ela representa, com efeito, o principal eixo de subordinação da pequena agricultura ao processo de acumulação do capital no quadro do modelo de desenvolvimento dependente e de comando urbano-industrial que vem sendo praticado no País, ao mesmo tempo que, e contraditoriamente, constitui — assinala-se — meio privilegiado de resistência da sociedade rural e do campesinato à liquidação pura e simples. O rural



transforma-se na subordinação ao urbano, a agricultura muda ao impacte da industrialização — mas permanece.

Correspondendo, como aliás se afirmou, a uma situação de pluriactividade e/ou de plurirendimento, a sua expansão surge como o reverso da emigração e do êxodo agrícola. Daí que tenda a avolumar-se no espaço regional onde estes dois fenómenos incidem conjuntamente, ou seja, o Norte e o Centro litorais. Pelo menos no seu aspecto de agricultura a tempo parcial (pluriactividade), a tendência para orientar a produção segundo uma estratégia de auto-consumo, ou melhor, para jogar na alternativa venda/auto-consumo será predominante.

A comercialização, sem deixar de existir e até, muitas vezes, assumir peso significativo, não acarreta assim a plena subordinação à lógica mercantil e a submissão sem defesa às forças que actuam no mercado ou através do mercado. Deste modo, está-se perante circunstância que amplia a diferença entre esta modalidade e a que iremos abordar em seguida.

b) A agricultura *mercantil* encontra fraca expressão no que se pode entender, em terrenos dimensionais propriamente por pequena agricultura. Alargando a noção por forma a compreender também estratos de média dimensão, já o fenómeno de dependência face ao mercado cresce significativamente. Em princípio mais modernizada e dinâmica, esta modalidade de agricultura sofre, porém, de fragilidade bem maior do que a precedente. Sujeita às flutuações de preços, confrontada com a necessidade de intensificação e de capitalização, subordinada à extracção de valor na esfera da circulação, a pequena produção mercantil vê-se inserida num processo que não domina e a que muitas vezes não consegue adaptar-se. A pequena produção agrícola mercantil não pode ser entendida como modalidade de todo isenta de manifestações do fenómeno da complementaridade e mesmo onde o aspecto residual não se recorte como ameaça potencial ou realidade em curso. O que a define, diferenciando-a das outras modalidades, é o facto de a imbrincação no mercado ser já suficientemente forte para lhe imprimir um funcionamento irreversível segundo a lógica dominante de produção para venda e não para auto-consumo. Mas esta lógica, longe de ser uniforme, diversifica-se consoante as culturas praticadas, os canais de escoamento da produção, as alternativas de substituição de culturas, as tecnologias utilizadas, para só referir alguns dos factores mais significativos. Assim é que, por exemplo, a pequena agricultura mercantil de sequeiro do Alentejo, centrada nos cereais praganosos, diverge apreciavelmente da pequena produção leiteira do Centro Litoral.

c) Se atentarmos no interior do País, deparamos com vastas zonas sangradas pelo êxodo rural e cortadas do processo de industrialização onde sobrevive uma população envelhecida à custa de pensões de reforma e de uma agricultura pobre e em decadência. Recorta-se, assim, uma última modalidade de pequena agricultura definida pelo seu carácter *residual*. Sector ainda numeroso e fulcro de subsistência de muitas das comunidades rurais, o seu progressivo aniquilamento acompanha e acelera o crescente atraso do interior face ao litoral, da sociedade rural face à sociedade urbano-industrial. Sublinhe-se, porém, que com o qualificativo residual se pretende mais evidenciar a natureza problemática de reprodução destas explorações agrícolas do que propriamente afirmar a sua completa inviabilidade. O futuro que as espera depende, entre outros aspectos, da evolução do fenómeno emigratório, onde o problema do regresso começa a mudar-lhe a configuração, e, claro está, da evolução de políticas de reordenamento territorial e de recolocação do papel e funções da agricultura no processo de desenvolvimento.

## 6. CONCLUSÃO

Com esta esquematizada proposta de determinação das modalidades fundamentais de pequena agricultura em Portugal, encerro a tentativa de contribuir para o arranque de um debate colectivo sobre o tema. Seja-me permitido, ao terminar, fazer apelo à multiplicação de pesquisas empíricas, sobretudo de incidência local e regional, que, aprofundando a multiplicidade de aspectos imanescentes ao que constitui sector essencial da agricultura portuguesa, ampliem o reduzidíssimo conhecimento que existe acerca dos contornos, lógicas de funcionamento, dinâmicas de transformação, potencialidades e funções no desenvolvimento económico e social da numerosa agricultura de pequena dimensão. Só por esta via é, na verdade, possível vir a dispor-se de dados informativos e de elementos analíticos susceptíveis de nos permitir ir além da deficientíssima e insuficientíssima informação proporcionada pelas estatísticas existentes e alcançar a compreensão profunda do movimento e destino da actividade agrícola e da sociedade rural. Movimento que, como o próprio tema das modalidades indica, evolui segundo caminhos distintos; destino que ultrapassa a sorte dos pequenos agricultores e se prende irrecusavelmente com o concreto modelo futuro da sociedade portuguesa.